LEI Nº 07/97

INSTITUI A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Imbé de Minas (MG) , por seus representantes, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública, sobre o imóvel situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou que dela venha a servir-se, a ser aplicada a partir do exercício de 1997.

Artigo 2º - A taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificações em construção ou já construídas, porém não consumidores de energia elétrica, situados em logradouros servido de Iluminação Pública ou dela venha a servir-se.

Parágrafo Único - O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da tarifa de Iluminação Pública vigente no mês de janeiro do ano que se referir, estabelecido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Artigo 3º - Observado o disposto no art. 1º desta Lei, cobrar-se-á a Taxa de Iluminação Pública mensalmente, calculada sobre o valor da Tarifa de Iluminação pública vigente, devendo ser adotado nos intervalos de classe indicados, os percentuais correspondente.

Câmara Municipal de Imbé de Minas - MG

CLASSE (KWH)	PERCENTUAIS DE TAXA DE IP
0 a 30	ISENTO
31 a 50	1%
51 a 100	2%
101 a 200	4%
201 a 300	7%
acima de 300	7%

Artigo 4º - O produto da taxa ora criada, constituirá receitas destinadas, prioritariamente, a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo de energia elétrica para Iluminação Pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.

Artigo 5º - A cobrança da Taxa relativa ao art.1º desta Lei , poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal ou por arrecadação junto as contas particulares de consumo de energia, mediante convênio a ser celebrado com a Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG - ficando, neste caso, o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar o referido Convênio.

Artigo 6º - Realizado o Convênio, CEMIG contabilizará e receberá, mensalmente, o produto da Taxa à Conta vinculada em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Primeiro - A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante da taxa de iluminação pública.

Parágrafo Segundo - Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, a Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

Câmara municipal de Imbé de Minas - MG

Parágrafo Terceiro - O superávit eventual verificado entre o montante arrecadado da taxa e valor da fatura poderá ser aplicado pela CEMIG, para a quitação parcial ou total de outras faturas subsequentes, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal e, ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e ou melhoramento do sistema de iluminação pública e de extensão de redes urbanas no Município, caso a Prefeitura autorize.

Artigo 7º - A cobrança da taxa referente ao art. 2º desta Lei será feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertença ou possa pertencer que a cumpra e a faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Imbé de Minas, 10 de Janeiro de 1997.

Antônio Gomes Peixoto
Antônio Gomes Peixoto
PREF. MUN. DE IMBÉ DE MINAS

Antônio Gomes Peixoto
Prefeito Municipal